



# MUNICÍPIO DE TAMARANA

## ESTADO DO PARANÁ

**LEI Nº 011 /2023 DE 01 DE JUNHO DE 2023**

**SÚMULA:** Institui o Novo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS/2023, no Município de Tamarana, e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITA DO MUNICÍPIO SANCIONO A SEGUINTE L E I:**

**Art. 1º** - Fica instituído, no âmbito do Município de Tamarana - PR, o Novo Programa de Recuperação Fiscal - REFIS/2023, destinado a:

I - promover a regularização de créditos da Fazenda Pública Municipal decorrente de débitos fiscais de pessoas físicas e jurídicas, bem como a débitos de natureza tributária e não tributária constituído ou não, inscrito ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, devidos até 31 de dezembro de 2022, relativas ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, Confissão de Dívida, Alvarás e Taxas Diversas de competências de criação e arrecadação do Município.

**Parágrafo Único** - O REFIS/2023 será administrado pela Secretaria Municipal de Fazenda, ouvida a Procuradoria Geral do Município.

**Art. 2º** - O ingresso no REFIS/2023 dar-se-á por opção do contribuinte, pessoa física ou jurídica, que fará jus a regime especial de consolidação dos débitos e parcelamento dos débitos fiscais especificados no artigo anterior.

**§1º** - O ingresso no REFIS/2023 implica na inclusão da totalidade dos débitos referidos no artigo 1º, em nome do contribuinte, inclusive os não constituídos, que serão incluídos no programa mediante confissão;

**§2º** - Também poderão aderir ao REFIS/2023 os contribuintes que já sejam beneficiários de parcelamentos anteriores, ou contribuintes que estejam em execução judicial.



## MUNICÍPIO DE TAMARANA

### ESTADO DO PARANÁ

**Art. 3º** - A opção pelo REFIS/2023 deverá ser formalizada mediante o preenchimento do Termo de Opção e Confissão de Dívidas – REFIS/2023 pelo contribuinte, conforme formulário padrão fornecido pela Secretaria Municipal de Fazenda, através da Divisão de Tributação, com a apresentação dos seguintes documentos:

I – Pessoa Física: Cédula de Identidade – RG, Cadastro de Pessoa Física – CPF e comprovante de endereço atualizado;

II – Pessoa Jurídica: Atos constitutivos, compostos de contrato social ou estatuto social com as últimas alterações, registrados no órgão competente, cópia do Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, bem como Cédula de Identidade – RG e do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, do representante legal e comprovante de endereço atualizado;

**§1º** - Quando se tratar de débitos tributários ajuizados ou protestados, o contribuinte deverá apresentar:

a-) Comprovante de pagamento das custas judiciais, honorários advocatícios, e ou das despesas de protesto;

b-) Comprovante do pedido de suspensão da Ação de Execução Fiscal, promovido pelo Departamento Jurídico da Prefeitura Municipal de Tamarana, até a quitação do parcelamento.

**§2º** - A Secretaria Municipal de Fazenda através da Divisão de Tributação, fornecerá os formulários necessários para formalização da adesão ao REFIS/2023;

**§3º** - O contribuinte que tiver dívida ativa prescrita, deverá solicitar a prescrição da mesma, antes de efetuar o pedido do REFIS/2023.

**Art. 4º** - O contribuinte poderá se beneficiar do Programa para regularizar seu IPTU, se o cadastro imobiliário estiver atualizado. Para tanto, o contribuinte deverá apresentar:





## MUNICÍPIO DE TAMARANA ESTADO DO PARANÁ

I – Carnê de IPTU;

II – Documento que comprove a propriedade.

**Art. 5º** - O contribuinte poderá ser representado por procurador, mediante instrumento público ou particular (com firma reconhecida), com poderes expressos e específicos.

**Parágrafo Único** – Em todos os casos em que for necessária a assinatura do requerente e esta for substituída pela do seu representante legal, a cópia do instrumento de procuração e dos documentos pessoais do procurador deverá constar da relação a ser apresentada no momento da formalização do processo.

**Art. 6º** - Os créditos tributários de que trata o artigo 1º, incluídos no REFIS/2023, devidamente confessados pelo contribuinte, poderão ser pagos em até 18 (dezoito) parcelas, mensais e sucessivas, mediante deferimento da autoridade fazendária.

**§1º** - Os débitos existentes em nome do contribuinte serão consolidados, tendo por base a formalização do pedido de ingresso ao REFIS/2023.

**§2º** - A consolidação abrangerá os débitos existentes em nome do contribuinte, que dizem respeito a IPTU, ISSQN, Confissão de Dívida, Alvarás e Taxas Diversas, constituídos até a data de 31 de dezembro de 2022, pessoa física ou jurídica, inclusive os acréscimos legais, relativos às multas de mora, juros moratórios e as atualizações monetárias, determinadas nos termos da legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

**§3º** - O Programa de Incentivo Fiscal para pagamento da dívida ativa municipal, não alcança os débitos relativos ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis inter vivos – ITBI, honorários advocatícios, tributos vinculados ao Simples Nacional e dívidas provenientes do Poder Judiciários ou Tribunais de Contas.

**§4º** - Para fins do disposto neste artigo o valor das parcelas não poderá ser inferior ao valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para Pessoa Física e de R\$ 100,00 (Cem



## MUNICÍPIO DE TAMARANA

### ESTADO DO PARANÁ

reais) para Pessoa Jurídica.

**§5º** - A primeira parcela do REFIS/2023, será obrigatoriamente paga até 5 (cinco) dias corridos após a formalização do parcelamento e, as demais no mesmo vencimento nos meses subsequentes.

**§6º** - O pedido de parcelamento implica:

I – em confissão irrevogável e irretratável dos débitos tributários;

II – na expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais constantes do pedido, por opção do contribuinte;

**§7º** - Para fins da consolidação do montante do débito de que trata este artigo, ficam estabelecidos os seguintes benefícios ao contribuinte:

I – Para opção pelo pagamento à vista, em cota única, concede-se desconto de 100% (cem por cento) sobre o valor dos juros e da multa;

II - Optando o contribuinte pelo pagamento parcelado em até 12 (doze) prestações iguais e consecutivas concede-se desconto de 90% (noventa por cento);

III – Optando o contribuinte pelo pagamento parcelado até 18 (dezoito) prestações iguais e consecutivas concede-se desconto de 80% (oitenta por cento);

**Art. 7º** - O contribuinte será excluído do REFIS/2023, mediante ato do Secretário Municipal de Fazenda, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I – O não pagamento da 1ª. Parcela;

II – A inadimplência de 3 (três) parcelas consecutivas, ou alternadas, o que ocorrer primeiro;

III – A inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta lei;



## MUNICÍPIO DE TAMARANA ESTADO DO PARANÁ

IV – A falência ou extinção, pela liquidação da Pessoa Jurídica;

V – O falecimento ou insolvência do contribuinte, quando Pessoa Física, devendo os herdeiros e sucessores assumir solidariamente com o falecido/insolvente as obrigações do REFIS/2023.

**§1º** - A exclusão do contribuinte do REFIS/2023, acarretará a imediata exigibilidade da totalidade dos débitos tributários confessados e ainda não pagos, restabelecendo-se ao valor original sem o benefício do desconto, com a inscrição automática do débito em Dívida Ativa e consequente cobrança judicial;

**§2º** - Sem prejuízo das penalidades previstas neste artigo, as parcelas pagas após os respectivos vencimentos, sofrerão acréscimos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, calculados a partir da data do vencimento até ao dia do pagamento, e de multa de mora de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela.

**Art. 8º** - O prazo para adesão ao REFIS/2023, encerra-se impreterivelmente em 31 de agosto de 2023.

**Art. 9º** - A emissão da certidão positiva com efeitos negativos de débitos aos optantes do REFIS/2023, está condicionada ao deferimento do pedido protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Tamarana,

**Art. 10** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Tamarana, 01 de junho de 2023.

LUZIA HARUE  
SUZUKAWA:86440  
500953  
**LUZIA HARUE SUZUKAWA**

Assinado de forma digital por LUZIA HARUE  
S:SUZUKAWA86440500953  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=000001010037818,  
ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,  
ou=REFIS e-CPT, ou=AC SERASA RFB, ou=27081365000183, ou=PRESENCIAL, cn=LUZIA  
HARUE SUZUKAWA86440500953  
Data: 2023.06.01 16:07:33 -03'00'

**Prefeita Municipal**





# MUNICÍPIO DE TAMARANA

## ESTADO DO PARANÁ

### JUSTIFICATIVA

Senhores Vereadores

O incluso Projeto de Lei que "institui o Programa de Recuperação Fiscal — REFIS/2023, no Município de Tamarana, e dá outras providências" pelas razões a seguir expostas.

O projeto em tela tem por objetivo atender os contribuintes neste momento de dificuldade financeira e para ilustrar a situação, conforme vários pedidos que vem sendo feitos, tais como: prorrogação de prazo para pagamento, pedido de desconto de multas e juros nos impostos, taxas e dívida ativa vencidos e pedidos de desconto no pagamento dos tributos.

O programa apresentado nesta proposta trata-se de reedição de programas já implementados pelo Município em anos anteriores.

O Município de Tamarana vem buscando criar incentivos para a recuperação de créditos fiscais, com intuito de promover a regularização dos créditos de débitos de pessoas físicas e jurídicas, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal de Fazenda, submete a apreciação dos Senhores Vereadores o projeto de Lei que prevê o parcelamento da dívida fiscal.

O presente projeto visa propiciar, tanto a empresas, profissionais autônomos e contribuintes comuns, uma nova diretriz de regularizar sua situação junto ao fisco através de parcelamento e benefícios, mas que a municipalidade sane parte de seu crédito.

Com o Programa de Refinanciamento Fiscal — REFIS/2023 estará atingindo de frente uma das mais problemáticas atividades do Poder Executivo, como executor e arrecadador dos impostos municipais, fazendo com que o contribuinte possa cumprir sua obrigação ao pagamento dos impostos (Segue anexo Demonstrativo do Impacto Orçamentário-Financeiro para o exercício vigente e projeções nos dois exercícios seguintes), para complementar a análise do REFIS/2023.



## MUNICÍPIO DE TAMARANA ESTADO DO PARANÁ

O REFIS/2023 Municipal destina-se a oportunizar aos contribuintes, pessoas físicas e jurídicas à regularização de créditos junto ao Município, decorrentes de débitos relativos aos tributos municipais, quais sejam: IPTU, ISSQN, Taxas, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou ajuizar.

Diante o exposto, ressaltamos a importância da aprovação deste Projeto de Lei como sendo uma das alternativas para oportunizar aos contribuintes a regularização fiscal dos seus débitos tributários, além de contribuir para equacionar as finanças do Município de Tamarana.

Concluimos, portanto, que o REFIS é uma forma de oferecer oportunidade para que os contribuintes em débito possam saldar o compromisso sem comprometer demasiadamente sua vida financeira, nesse cenário da pandemia, e para o Município manter o equilíbrio fiscal, para que as políticas públicas possam ser atendidas.

Por todas essas razões, esperamos e confiamos que os ilustres componentes dessa Egrégia Câmara Municipal, numa demonstração inequívoca do elevado espírito público, acatarão este pedido e o aprovarão pela unanimidade de seus membros.

Tamarana, em 01 de junho de 2023.

Atenciosamente,

LUZIA HARUE  
SUZUKAWA:8  
6440500953

Assinado de forma digital por LUZIA HARUE  
SUZUKAWA:86440500953  
DN: c=BR, ou=ICP-Brasil, ou=000001010037818,  
ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil -  
RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=AC SERASA RFB v5,  
ou=27083365000183, ou=PRESENCIAL,  
cn=LUZIA HARUE SUZUKAWA:86440500953  
Dados: 2023.06.01 16:09:54 -03'00'

LUZIA HARUE SUZUKAWA  
PREFEITA

**RECEBIDO**  
EM: 05/06/2023  
Marilyn C. Mendes  
CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO VIGENTE E NOS DOIS  
EXERCÍCIOS SEGUINTE

REFIS 2023

|                   | 2022         | 2023         | 2024         | 2025         |
|-------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Receita Prevista  |              |              |              |              |
| IPTU/DÍVIDA ATIVA | 2.520.394,23 | 3.054.021,27 | 3.145.641,91 | 3.240.011,17 |
|                   |              |              |              |              |

|  | 2022         | 2023         | 2024         | 2025         |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Devidos pelos Contribuintes (Atualizado até 13/03/2023)                  |              |              |              |              |
| TRIBUTOS - DÍVIDA ATIVA (atualizado)                                     | 2.313.289,41 | 2.382.688,09 | 2.454.168,74 | 2.527.793,80 |
| Valor para cálculo do Impacto Orçamentário e Financeiro (Juros + Multas) | 453.222,83   | 466.819,51   | 480.824,10   | 495.248,82   |

|   | 2022       | 2023       | 2024       | 2025       |
|---|------------|------------|------------|------------|
| DESCONTOS NOS JUROS DE MÓRA E MULTAS                    |            |            |            |            |
| Percentual de Desconto para REFIS (100%) - COTA ÚNICA   | 453.222,83 | 466.819,51 | 480.824,10 | 495.248,82 |
| Percentual de Desconto para REFIS (90%) - 12 PRESTAÇÕES | 407.900,55 | 420.137,56 | 432.741,69 | 445.723,94 |
| Percentual de Desconto para REFIS (80%) - 18 PRESTAÇÕES | 362.578,26 | 373.455,61 | 384.659,28 | 396.199,06 |

|  | 2022       | 2023       | 2024       | 2025       |
|--|------------|------------|------------|------------|
| Percentual do Impacto em relação a Receita Orçada                                  |            |            |            |            |
| Percentual de Desconto para REFIS (100%)   | 17,98      | 15,29      | 15,29      | 15,74      |
| Percentual de Desconto para REFIS (90%)  | 16,18      | 13,76      | 13,76      | 14,17      |
| Percentual de Desconto para REFIS (80%)  | 14,39      | 12,23      | 12,23      | 12,60      |
| Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita prevista no Anexo de Metas Fiscais | 175.600,00 | 180.700,00 | 186.000,00 | 186.001,00 |

Tamarana (PR), 01 de junho de 2023

  
Yoshikazu Uno  
Secretário de Fazenda  
Decreto nº 162/2021 de 07/05/2021